



Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



**ATA EXTRAORDINÁRIA – Nº 001 – 31/01/2018**

1

1 Aos trinta e um dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito, às quinze horas, no Auditório Mário Covas na  
2 Câmara Municipal, iniciou-se a reunião extraordinária do COMUS, sendo presidida pelo **Presidente Adelino**  
3 **Pezzi** que iniciou pedindo a composição da Mesa, começando pelo Secretário de Saúde Dr. Oswaldo e o 2º  
4 Secretário João Carlos Machado, cumprimentando os participantes e agradecendo a presença de todos e  
5 informando que se trata de uma reunião extraordinária com pauta única sobre a **Prestação de Contas do**  
6 **3º Quadrimestre de 2017**. O **presidente Adelino** começou a reunião justificando a ausência dos  
7 conselheiros: Paula V. Carnevale Vianna, Eliana Becker Molina, Landri Padial Martins, Claudio Luiz da  
8 Silveira, Luiz Carlos Peagno, André Luis dos Santos, Daniel Tineu, Lúcia Serafim, Meire Ghilarducci, Tereza  
9 Monteiro Ribeiro Cardoso, Luiz Eduardo Cardoso, Jaqueline Menengrone, Carlos Roberto Rodrigues, Paulo  
10 Renato Roberti Macedo, Maria Giseli Louredo Lima, Mário Hipólito Silva, Juliana Aparecida Gomes,  
11 Umberto Ghilarducci Neto, Carlos Eduardo Teodoro e Dan Iuri dos Santos Cabreira. O **Secretário Dr.**  
12 **Oswaldo** comentou sua preocupação em relação à população que está matando macacos na tentativa de  
13 contenção da transmissão de Febre Amarela. Citou que o macaco é um identificador de Febre Amarela,  
14 pois quando se acha um macaco morto em uma certa área, significa que ali pode estar circulando o vírus  
15 da Febre Amarela. Comentou que na cidade de São José dos Campos ainda não há relatos de pessoas  
16 portadoras do vírus que tenham sido infectadas aqui. Algumas investigações feitas com algumas pessoas  
17 portadoras do vírus mostrou que elas se infectaram em outras cidades. O **presidente Adelino** comentou  
18 que no dia 24 de janeiro eles tiveram uma palestra com a Dra. Tereza sobre as arboviroses e que foi  
19 passado a todos os conselheiros, via e-mail e a seguir passa a palavra ao Sr. José Aparecido que fará a  
20 apresentação da pauta. O **Sr. José Aparecido** comentou que em março ele pretende se reunir com a  
21 comissão de orçamento e finanças, para ver a maneira que será apresentada a parte de orçamento. Citou  
22 que o relatório sempre começa pela parte do total de arrecadação do município no quadrimestre,  
23 setembro, outubro, novembro e dezembro e no quadrimestre o município arrecadou um total de  
24 R\$518.022.288,86 milhões e a receita transferida para o fundo foi de R\$179.409.143,16 milhões. Explicou  
25 que no mês de novembro há uma peculiaridade que aconteceu em anos anteriores, mas que não  
26 aconteceu na última gestão, que o município acabou pagando o décimo terceiro salário integral no mês de  
27 novembro o que acarretou que a receita fosse maior no mês de novembro. Houve um salto de 45%, pois a  
28 parcela única do décimo terceiro foi pago em novembro. Relatou que em dezembro também teve um salto  
29 dentro do valor de 39,92% por conta de aquisição de medicamentos onde a rede ficou sem  
30 reabastecimento e o município teve que tirar recursos de outras secretarias para poder atender a  
31 demanda, houve um acréscimo que serviu para o abastecimento da primeira quinzena de janeiro. Eles  
32 precisavam ter um estoque mínimo para o atendimento da população. Comentou que no final eles  
33 atingiram 34,63% dentro do quadrimestre. Falou que com o balancete o recurso do município foi de  
34 R\$491.459.566,14, que significa 77,67% e os recursos vinculados R\$141.282.542,68 milhões que resulta em  
35 22,33%. Explicou que em média sempre se vê o município aplicando a base de 75% a 77% e os recursos que  
36 vem da União e do Estado sempre ficam no patamar de 22% a 23% chegando a 25%. Explicou que ficaram  
37 com um saldo para o início de 2018 de R\$13.437.426,52 e perfaz um valor total na receita do município de  
38 R\$646.179.535,34 milhões. Comentou que fizeram um resumo do município, onde o valor foi de  
39 R\$179.409.143,16 com o percentual de 34,63%, a receita total do município no quadrimestre foi de



Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



**ATA EXTRAORDINÁRIA – Nº 001 – 31/01/2018**

2

40 R\$518.022.288,86. Falou que a despesa per capita populacional de São José é de R\$255,13. Comentou que  
41 o gasto do ano de 2017 entre pessoal, encargos e benefícios foi de R\$256.701.257,19 e que dá 39,32%,  
42 material de consumo foi de R\$44.047.411,25 que dá 6,75%, dentro do material de consumo entra  
43 medicamentos e materiais de manutenção, contratação de serviços autônomos no valor de R\$1.817.877,47  
44 que dá 0,28%, serviços de terceiros e pessoas jurídicas R\$108.447.516,30 deu um percentual de 16,61%, a  
45 parte de serviços de terceiros seria a parte que a secretaria não consegue tocar sozinha e precisa de ajuda  
46 de parceiros, dentro disso tem os diagnósticos de imagens, consultas, exames contratados, pequenas  
47 cirurgias, etc. Citou o Hospital Municipal que seria R\$107.415.227,20 que dá 16,45%, sendo um dos  
48 maiores contratos da Saúde que é a SPDM, que leva um percentual grande do município, o Hospital da  
49 Mulher recebeu R\$3.600.000,00, o SAMU recebeu R\$9.786.654,42, o SAMU recebeu de repasse da união  
50 R\$258.475,00 por mês e o município entra com uma parte, hoje eles pagam para o SAMU funcionar na  
51 cidade 1.200 milhão refrativo a 2017, o município entra com 700 mil e a união entra com 750 mil. Falou  
52 que a clínica norte o valor é de R\$8.586.148,13, a UPA do Putim é de R\$9.200.000,00 e no primeiro  
53 semestre quem geria a clínica norte era o provisão e eles pagaram R\$9.757.251,71, que perfaz um total de  
54 gastos de R\$652.868.836,72, no total geral somando o saldo financeiro ficou em R\$666.306.263,24. Citou  
55 que o hospital de enfermagem ficou em R\$3.043.838,13 18,81%, material farmacológico R\$10.918.035,13,  
56 67,42%, laboratórios R\$954.240,00, 5,90%, odontológico R\$37.618,50, 0,23%. Falou que houve uma  
57 aplicação menor de valores na parte de odontologia pelo motivo da falta de reposição dos profissionais  
58 aposentados, em outros materiais foram gastos R\$1.224.646,12, no total dentro do quadrimestre foi gasto  
59 R\$16.178.377,88 e explicou que dentro do gráfico o farmacológico ocupa 67,49%, hospitalar e enfermagem  
60 18,81%. Falou que das despesas, os maiores contratos, são os hospitalares R\$27.351.129,72, 25,78%. Outro  
61 destaque é o Hospital Municipal R\$53.771.782,11, 50,68% e no total geral R\$106.099.750,34. Comentou  
62 que dentro dos hospitalares houve uma crescente da prestação de serviço e isso ocorreu por conta de que  
63 no final do ano o prefeito pediu as consultas eletivas. Citou que começaram com um orçamento inicial de  
64 R\$650.997.000,00 e fecharam no final do ano com R\$667.019.187,24. Com pessoal e encargos foram  
65 gastos R\$256.857.000,00 e foi gasto quase 100%. Explicou que por eles não terem feito gatilho no ano  
66 passado, eles tiveram uma sobra no exercício de 2017 e com a sobra foi possível a compra de  
67 medicamentos e outra parte foi utilizada em serviços de terceiros. Citou que eles fecharam os valores  
68 empenhados e comprometidos no total de R\$655.494.297,61, desse valor foi pago R\$624.028.699,72,  
69 tiveram uma economia de R\$11.524.889,63, na atenção básica tiveram uma queda na arrecadação de  
70 3.200 milhões, na arrecadação hospitalar a queda foi de 1.200 milhão, no teto financeiro da vigilância  
71 tiveram uma queda de 1.800 milhão, somando dentro dos 11 milhões, eles vão ficar com 4 a 5 milhões  
72 para a parte econômica, o restante é um déficit dos recursos não recebidos dentro do repasse do governo  
73 federal. Falou que passaram restos a pagar no valor de R\$31.465.597,89 e concluiu sua apresentação. O  
74 **presidente Adelino** abriu para os questionamentos dos conselheiros. O **conselheiro Salvador Arnone**  
75 comentou que tinha algumas dúvidas em relação a apresentação. A primeira dúvida foi referente aos  
76 recursos vinculados, sobre o que são esses recursos vinculados e para onde se destinam. A segunda dúvida  
77 foi sobre o fechamento do quadrimestre e disse que eles não possuem um comparativo de atividades  
78 anteriores para um melhor entendimento. Perguntou se as dívidas da administração anterior na área de



Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



**ATA EXTRAORDINÁRIA – Nº 001 – 31/01/2018**

3

79 saúde tinham sido todas quitadas nesse exercício. Perguntou também se o per capita por cidadão é no  
80 quadrimestre ou anual. O **Sr. José Aparecido** explicou que as receitas vinculadas são as partes de  
81 transferências constitucionais. Falou que eles possuem a parte de medicamentos do governo federal, onde  
82 o governo federal manda recursos para a compra de remédios que está na tabela do RENAME e o valor  
83 mandado é de 300 mil por mês; eles recebem do estado um valor a cada trimestre que está variando no  
84 valor de 350 mil por mês e lembrou que esses recursos são só para a compra de remédios. Comentou que  
85 o per capita está dentro do quadrimestre. Falou que os valores de 2016 e 2017 estão quase iguais, mas que  
86 naquele momento ele não iria conseguir mostrar os valores completos, mas que na próxima reunião iria  
87 trazer um comparativo de 2016 e 2017. Citou que as dívidas foram negociadas e pagas dentro do exercício  
88 de 2017. O **conselheiro José Marques** comentou que gostaria de elogiar o COMUS pelo envio com  
89 antecedência do material para a reunião, onde ele pode analisar com calma e disse que o que lhe chamou  
90 a atenção foi a despesa com pessoal, pois achou muito alto os valores apresentados, onde atinge 39% da  
91 arrecadação do município. Comentou também os valores pagos aos hospitais e UPAs apresentados e  
92 questionou quantas pessoas estão dentro desse parâmetro de despesa com pessoal e se os funcionários  
93 desses hospitais e UPAs estão dentro dele. O **Sr. Aparecido** disse que com relação ao número de pessoas  
94 ele não possui esses dados concretos, mas ele estima em mais ou menos 3.000 pessoas na Secretaria de  
95 Saúde, entre servidores de carreira e comissionados, fora os hospitais e UPAs, pois são terceirizados e eles  
96 próprios são responsáveis por seus funcionários. O **conselheiro José Marques** comentou que fica  
97 impressionado com o número de pessoas que trabalham na área da saúde em São José dos Campos e disse  
98 que o município é privilegiado com isso. O **Sr. Aparecido** disse que mesmo tendo uma arrecadação  
99 privilegiada, ainda sofre com a crise que o país enfrenta, pois muitos que perderam seus empregos  
100 passaram a utilizar a rede pública e isso causou um aumento exorbitante **nos atendimentos na área da**  
101 **saúde.** O **conselheiro José Marques** agradeceu a explicação. O **presidente Adelino** disse que gostaria de  
102 acusar e agradecer a presença da Sra. Andréia, assessora do Vereador Marcão da Academia e também da  
103 Sra. Lúcia, assessora da Vereadora Renata Paiva. O **conselheiro João Carlos Machado** comentou que  
104 realmente nosso município é privilegiado mesmo com o grande número de trabalhador na área da saúde,  
105 que o resultado está excelente e que até aquele momento não tinha nenhum caso de febre amarela  
106 registrado no município. Se gasta muito, mas o resultado é muito maior. O **conselheiro Paulo Canelas** disse  
107 que gostaria de saber quantos comissionados tem nessa gestão, somente na área da saúde, pois na gestão  
108 anterior haviam muitos e o atual prefeito prometeu que iria diminuir esse número. Falou também que a  
109 administração precisa achar uma solução rápida para que os municípios vizinhos devolvam para São José,  
110 os gastos que nosso município teve com atendimentos na área da saúde com seus munícipes, pois isso  
111 onera nossos gastos. Assim como nós recebemos verbas eles também recebem e se não estão atendendo  
112 seus munícipes e gastando com eles, nada mais justo que nos repassar esses gastos. Falou também que  
113 acha que os munícipes que possuem plano de saúde e são atendidos pelo SUS, que os planos também  
114 devem repassar os gastos desses atendimentos feitos para o município. O **presidente Adelino** disse que  
115 gostaria de parabenizar o conselheiro Paulo Canelas, que passou por uma cirurgia bastante complicada e  
116 que agora está de volta e desejou um bom retorno a ele. A **Vereadora Dulce Rita** pediu a palavra e disse  
117 que gostaria de fazer uma observação sobre o que houve a um tempo atrás, que reduziu a jornada de



Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



**ATA EXTRAORDINÁRIA – Nº 001 – 31/01/2018**

4

118 trabalho para os servidores da área da saúde para 6 horas, isso acarretou uma falta muito grande de  
119 profissionais e por isso foi necessário a contratação de muitos para suprir essa demanda. Comentou  
120 também que com relação ao número de funcionários comissionados, de 765 que tinha antes caiu para 350,  
121 que está fiscalizando isso e que o prometido está sendo cumprido. Com relação ao repasse de gasto com  
122 município de outro município, é um projeto antigo e está parado há muito tempo com o Governo Federal e  
123 só depende dele pra ser resolvida essa questão. Parabenizou o Sr. Aparecido pela apresentação, frisando  
124 que ele é um funcionário de carreira e que tem muita competência e responsabilidade para o cargo.  
125 Lembrou que as verbas que vem especificamente para os programas, como AIDS, Crianças e Adolescentes  
126 e etc, elas tem que ser direcionadas somente para esse fim, não podendo ser utilizada para outra coisa. São  
127 recursos contingenciados e é necessário a prestação de contas deles para o Governo Federal ou Estadual.  
128 Comentou que o maior problema do momento é com relação aos medicamentos de alto custo. O  
129 **presidente Adelino** lembrou que a Vereadora Dulce Rita faz parte da Comissão de Saúde da Câmara  
130 Municipal. O **Sr. Aparecido** frisou a fala da vereadora em que os recursos destinados aos programas não  
131 podem de maneira alguma serem gastos com outra coisa e que ela falou bem e lembrou que isso faz parte  
132 do Plano Municipal de Saúde. Falou também que as pessoas que são atendidas pelo SUS no município e  
133 que possuem convênio médico, que o certo seria os convênios repassarem para o município os valores  
134 gastos com esses atendimentos, mas que isso não ocorre. O **presidente Adelino** falou que na última  
135 Conferência de Saúde de 2015, no eixo Financiamento, tem várias propostas que foram aprovadas e que  
136 vem sendo discutido junto à Secretaria dentro do Plano de Ação e Metas sobre participação e controle  
137 social e para isso tem algumas pactuações que também são discutidas entre os secretários de saúde do  
138 Alto Tietê, mas que isso é o Governo Federal que decide e está parado lá. O **conselheiro Salvador Arnone**  
139 disse que gostaria de comentar sobre a fala do conselheiro Paulo Canelas com relação aos municípios  
140 utilizarem o sistema SUS onde primeiro, a Constituição diz que é um direito do povo e a União precisa se  
141 ater a isso que é lei, segundo, todo cidadão paga imposto e com isso qualquer um tem esse direito e  
142 terceiro, nos convênios médicos existentes, os profissionais médicos não querem trabalhar pelo valor que  
143 esses convênios pagam a eles e por isso fica muito difícil conseguir uma consulta com especialista, daí o  
144 cidadão recorre ao sistema SUS. Todo cidadão tem esse direito e se o recurso está sendo bem aplicado ou  
145 não, isso é uma outra história. O **presidente Adelino** falou que gostaria também de acusar a presença da  
146 assessora do Vereador Dr. Elton, Sra. Sueli Lobato. O **conselheiro Paulo Canelas** disse que concorda com o  
147 conselheiro Salvador que a saúde é um direito de todos, mas que o que ele se refere é quanto ao abuso  
148 dos outros municípios, em que a verba destinada a eles para a saúde não está sendo bem utilizada e ficam  
149 utilizando do nosso município e não repassam os gastos para São José. Disse que acha que esse dinheiro  
150 precisa ser repassado para nosso município. Após, o **conselheiro Dr. Othon** comentou que o repasse do  
151 Estado ou da Federação para os municípios, é realmente sobre o que a população paga dos impostos e que  
152 a seu ver, o paciente que tem o seu seguro de saúde e procura a rede pública, é que muitas vezes o posto  
153 de saúde fica bem próximo de sua casa e muitas vezes ele consegue uma consulta mais rápido. E também  
154 tem muitos médicos que trabalham na rede pública e também atendem em seus consultórios particulares  
155 atendendo convênios. Isso viabiliza para esses municípios procurarem atendimento tanto na rede pública  
156 quanto na privada. Quanto aos repasses para o Ministério da Saúde no caso dos convênios, isso já é lei. Ele



Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



**ATA EXTRAORDINÁRIA – Nº 001 – 31/01/2018**

5

157 não sabe dizer como é feito, mas já tem lei pra isso. O Sr. **Aparecido** comentou que realmente existe lei pra  
158 isso, mas que falta a agência reguladora nacional homologar isso, pois não se sabe quem vai ser o  
159 cobrador, se é o Município, o Estado ou a União. Falta regulamentação para isso ocorrer e assim ele  
160 encerrou sua apresentação. A **Vereadora Dulce Rita** comentou que a tabela SUS está congelada a mais de  
161 16 anos e o que está vindo de repasse do governo federal não cobre as despesas e a saúde de São José dos  
162 Campos está sendo paga quase que na totalidade por recursos próprios. Falou que essa tabela precisa ser  
163 corrigida o quanto antes. O **presidente Adelino** falou que nas reuniões das comissões foi falado que na  
164 área psicossocial está havendo uma pequena correção de valores na tabela SUS, mas que ainda é pouco e  
165 quem está sofrendo muito com isso são as instituições filantrópicas. Após, comentou que na reunião da  
166 Comissão de Orçamento e Finanças foram questionados vários itens e um deles foi com relação aos valores  
167 gastos com manutenção. Disse que os valores com odontologia foi muito baixo. Agradeceu ao Sr.  
168 Aparecido e aos outros profissionais envolvidos na prestação de contas por apresentarem tão bem ao  
169 COMUS e aproveitou para lembrar o secretário Dr. Oswaldo sobre o pedido que o COMUS fez com relação  
170 ao profissional técnico da área contábil e financeira para auxiliar as comissões nas análises das contas  
171 apresentadas. A requisição de compras já foi providenciada e está no aguardo das providências. Falou que  
172 dentro do que a comissão avaliou, não encontrou motivo para a não aprovação, por isso a comissão  
173 recomenda que seja aprovada. Passou então para a votação da aprovação pelo pleno e com apenas uma  
174 abstenção por parte do **conselheiro Paulo Canelas**, que se justificou dizendo que como ficou afastado  
175 quase um ano devido a uma cirurgia que fez, ele gostaria de se abster, a **Prestação de Contas foi aprovada**.  
176 O **presidente Adelino** falou também que a Secretaria precisa fazer um audiência pública, além de passar  
177 pelo conselho, dessa prestação de contas, que é lei e precisa ser cumprida, que já participou dessas  
178 audiências e que para ele é uma decepção muito grande pois percebe que ninguém se interessa em  
179 participar. O **conselheiro Salvador Arnone** disse que com relação às audiências públicas, os conselheiros  
180 representam algum segmento e que acha que eles é que devem fazer esse convite para participarem. O  
181 **presidente Adelino** agradeceu a presença de todos e não havendo nada mais a tratar, a reunião encerrou-  
182 se às 16h37min.